

OS LUGARES E SUAS FRONTEIRAS: VIDA COTIDIANA E CONTESTAÇÕES EM PERNAMBUCO DO FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX

Phillipe Joseph Christian de Almeida Lavergne¹

Flavio José Gomes Cabral²

Resumo: A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da iniciação científica e teve como objetivo estudar elementos do cotidiano interiorano pernambucano entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Entre esses elementos procurou-se estudar as contestações sejam de origens sociais e políticas, uma vez que o período em destaque, é conhecido pela existência de rebeldias sejam contra a carestia, o desabastecimento bem como contra a política de Antigo Regime que minavam as expectativas. A pesquisa foi realizada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e demonstraram que além de muitas comunidades terem participado de movimentos políticos como o de 1817, que contestou o rei D. João VI, existiam também desavenças por disputada de poder principalmente por cargos importantes eles os quais o de capitão-mor. Durante as lutas por esses cargos os senhores recrutavam gente armada que a força impunha valer suas vontades. A pesquisa abre janelas para se entender as relações de poder nas comunidades interioranas quando então muita gente morria. Esses aspectos são centrais para compreender o complexo cenário sociopolítico do final do século XVIII e princípio do século seguinte.

Palavras-chave: Pernambuco, contestações, disputada de poder, cotidiano.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um ano de pesquisa realizada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), localizado na cidade do Recife, no âmbito do Programa de Iniciação Científica. Teve como objetivo investigar e examinar as

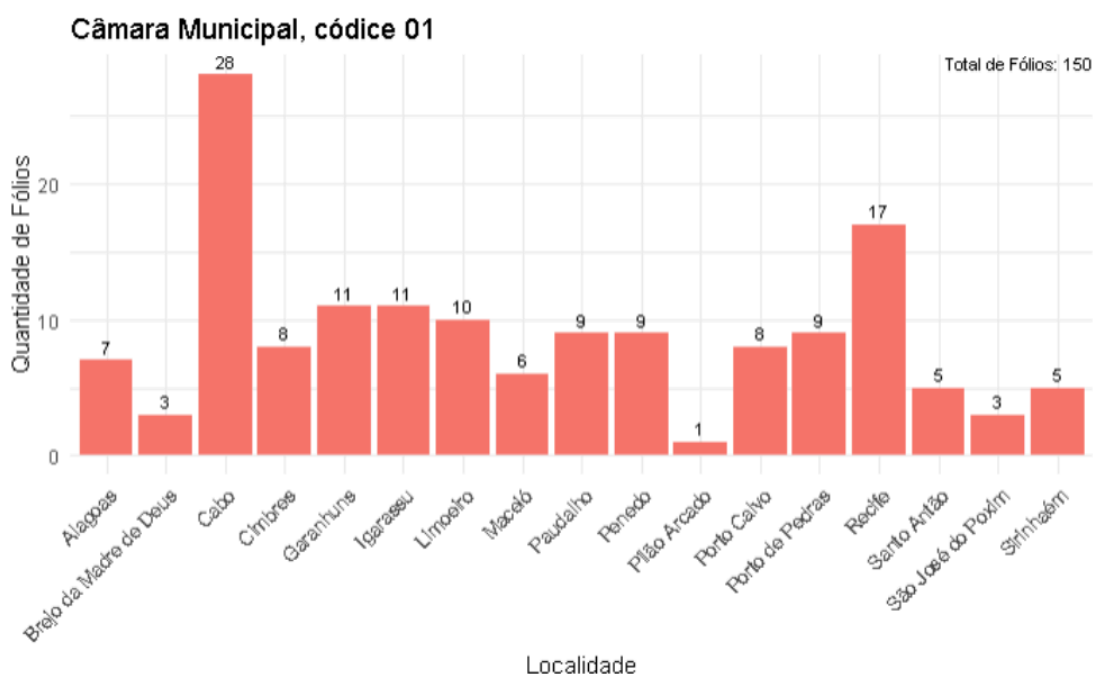
¹ Graduando em Licenciatura Plena em História da Unicap. Bolsista CNPq.

² Doutor em História pela UFPE e professor de História da Unicap.

correspondências das câmaras municipais coligadas no código 1, com o intuito de observar o cotidiano daqueles lugares durante os fins do século XVIII e princípios do século seguinte. A historiografia do período, pouco revela sobre os comportamentos dos habitantes de alguns centros urbanos interioranos pernambucanos conhecidos como áreas sertanejas uma vez que muitas deles ficam a muita distância dos principais centros urbanos litorâneos. Para compreender esses cotidianos foi importante analisar a documentação a fim de se conhecer os fatores sociais, políticos e econômicos daquelas localidades.

No citado arquivo, a priori, foi selecionado o código Câmara Municipal (CM), devido ao papel daquela instituição na administração municipal e no relato das ocorrências ao governador da capitania. As câmaras, espalhadas por todo o território português, desempenharam um papel formidável na estruturação do espaço social e político local (MONTEIRO In HESPANHA, 1998, p. 270). O material investigado, conforme demonstrado no gráfico abaixo, destaca as localidades pesquisadas e a quantidade de fólios examinados em cada uma delas.

FIGURA 1: CÂMARAS MUNICIPAIS



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como demonstrado no gráfico, as investigações se concentraram nas seguintes localidades: Alagoas (atual cidade Marechal Deodoro), Brejo da Madre de Deus, Cabo, Cimbres, Garanhuns, Igarassu, Limoeiro, Maceió, Paudalho, Penedo, Pilão Arcado, Porto Calvo, Porto de Pedras, Recife, Vila Real de São José do Poxim, Sirinhaém, Santo Antônio. Grande parte dos documentos trata-se de ofícios das câmaras para o governador da capitania entre os anos de 1814 e 1818. Após exame os fólios foram fotografados, somando 150 imagens as quais foram armazenadas e depois transcritas. Metodologicamente, esta pesquisa fundamenta-se no método do paradigma indiciário, desenvolvido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989). Tal abordagem consiste em identificar e interpretar minúcias ou indícios frequentemente considerados marginais ou irrelevantes, mas que, ao serem analisados cuidadosamente, revelam aspectos significativos e até determinantes para a compreensão histórica. Além da aplicação dessa metodologia, a pesquisa incluiu uma análise rigorosa das informações coletadas, essencial para aprofundar a compreensão dos eventos investigados e para delinear as relações complexas entre as evidências encontradas e o contexto histórico em estudo.

PODER LOCAL E RESISTÊNCIA NAS LOCALIDADES PERNAMBUCANAS

Indubitavelmente, a história das localidades interioranas pernambucas necessita de maior aprofundamento. Esta pesquisa procurou estudar alguns elementos do cotidiano daqueles mundos entre finais do século XVIII e princípios do século seguinte. A época é pontuada por vários distúrbios sociais e políticos alguns demonstrando desafeição ao trono, o que era muito perigosa para a manutenção da monarquia absoluta. Se em algumas localidades como Recife, Olinda e Goiana brotaram rebeliões que chegaram a contestar a monarquia, em outras localidades - ditas sertanejas e que atualmente integram parte do agreste e da mata - as brigas não chegaram a contestar a autoridade real. Grande parte dos distúrbios sociais davam-se por questões de interesses pessoais principalmente por cargos – como o de capitão-mor - importantes levando seus pretendentes a disputarem-nos a força de armas.

FIGURA 2: Carta topográfica da capitania de Pernambuco



Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1850. Ministério da Guerra. Desenho de José Fernandes Portugal (1807).³

Nas áreas rurais e urbanas interioranas, onde a autoridade era fraca ou inexistente, a propriedade constituía o centro da riqueza e do poder. Em Brejo da Madre de Deus no tempo da Revolução de 1817 as correspondências de sua câmara relatam confusões entre seus moradores por questões de terra como aquelas ocorridas entre um proprietário que movido por seus interesses prejudicava os demais. A Câmara entendeu que somente uma pessoa de espírito revoltoso poderia causar tantas cizânias (APEJE, CM, 01, fls. 183). A briga, ao que tudo leva a crer, talvez nada tenha a ver com as comoções de 1817, contudo ilustra os desmandos dos senhores e o estado de tensão das autoridades para imporem a ordem em suas municipalidades.

No período analisado, os senhores de terras exerciam amplo controle sobre a estrutura social e hierárquica de suas propriedades, estendendo seu domínio a diversos grupos, que incluíam não apenas familiares e agregados, mas também indivíduos em diferentes condições sociais, como negros alforriados, “mulatos livres”, brancos empobrecidos, escravizados, lavradores e clérigos (Del Priori In Del Priori, 2000, p. 18). Esses senhores, movidos por uma postura autoritária e arrogante, frequentemente recorriam à força armada para assegurar e reforçar suas posições de poder. Isso se dava especialmente na disputa por cargos estratégicos como o de capitão-mor, essencial para o controle político militar e local. Conforme apontam Arno e Maria José Wehling (In

³ Carta topográfica da capitania de Pernambuco. A carta destaca parte da costa brasileira, o rio São Francisco, marco divisório entre as capitanias de Pernambuco e Bahia, Minas Gerais e Goiás. Nela estão realçadas as capitanias do Piauí e do Ceará, áreas correspondentes ao que hoje é o Nordeste, região à qual, no princípio do Oitocentos, Pernambuco prestou socorro militar durante a Guerra da Independência (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1850).

Del Priori, 2000, p. 143), o exercício de cargos públicos nesse contexto não apenas consolidava o prestígio pessoal dos senhores, mas também lhes proporcionava uma posição de destaque inquestionável dentro da comunidade e uma influência considerável frente às instâncias governamentais. Esse poder institucional conferido pelo exercício de funções oficiais permitia que esses homens mantivessem uma autoridade concreta e visível, reforçando a hierarquia social e ampliando sua notoriedade, já que o desempenho de tais cargos era sinônimo de honra, respeito e de uma relação direta com o poder colonial, simbolizando, ao mesmo tempo, prestígio e supremacia sobre a população local. Dessa forma, os senhores consolidavam sua influência tanto social quanto política, assegurando uma rede de apoio e submissão dos que dependiam direta ou indiretamente de suas posses e decisões.

Na Vila do Cabo, em 12 de novembro de 1817, em plena efervescência contrarrevolucionária, quando verdadeiras caças às bruxas abateram sobre os implicados na revolução eclodida em Recife e com repercussão na Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará, a câmara municipal da citada vila indicava ao governador Luís do Rego Barreto, recém-empossado na governança da capitania, nomes ligados aos senhores proprietários locais para preencherem uma vaga de capitão-mor. O cargo era amplamente almejado e disputado, pois conferia grande prestígio e poder sobre as comunidades locais. A ele cabia a importante tarefa de zelar pela defesa dos territórios sob sua jurisdição, coordenando o aparato militar disponível, que incluía as companhias de ordenanças e as milícias, forças armadas locais compostas por homens recrutados da própria população. Além das responsabilidades militares, o capitão-mor acumulava funções fiscais, sendo incumbido da arrecadação de tributos, o que lhe proporcionava significativa influência sobre a economia regional. Em razão dessas amplas atribuições, o cargo de capitão-mor permitia a centralização de funções que, por vezes, eram exploradas de modo arbitrário para a promoção de interesses pessoais. Não era raro que esses senhores utilizassem a força ou mesmo a ameaça do uso da violência para assegurar vantagens particulares, consolidando-se como figuras de autoridade incontestável e, frequentemente, intocáveis em suas práticas.

Em Garanhuns, a disputa pelo referido ofício mostrou-se intensa, especialmente porque o escrivão da Câmara local desejava ocupar o cargo, embora encontrasse impedimentos para exercê-lo. No entanto, a documentação disponível não esclarece a natureza desses obstáculos (APEJE, 01, fls. 69). As contestações à autoridade da Coroa foram, em grande parte, conduzidas pelas municipalidades pernambucanas no início do

século XIX, ainda que a documentação consultada ofereça poucos detalhes sobre essas discordâncias. Isso ocorre porque a maioria das fontes consiste em manuscritos enviados pelas câmaras municipais ao governo da Capitania, o que limita as informações sobre as resistências locais ao poder central.

No final do século XVIII e início do XIX, registraram-se numerosos relatos de descontentamento com o domínio português em várias regiões da colônia, refletindo o crescente mal-estar social e político entre as elites e outras camadas da sociedade colonial. As estruturas de poder, que até então asseguravam a estabilidade e o controle da metrópole sobre o território, passaram a ser questionadas de maneira mais incisiva, dando origem a movimentos sediciosos que buscavam contestar o poder estabelecido. Como observa Jancsó (In Souza, 1997), a sedição emergiu como uma expressão do desejo de subverter a ordem política vigente, configurando-se em revoluções que envolviam não apenas a elite intelectual e econômica, mas também setores médios e populares, com articulações que se estendiam até os lares, onde ideias de emancipação circulavam e ganhavam adesão. A Coroa, por sua vez, reagiu com rigor a muitas dessas rebeliões, buscando suprimir de forma exemplar qualquer ameaça à sua autoridade. Exemplos notórios incluem a Inconfidência Mineira de 1789, a Conjuração Baiana de 1798 e a Revolução Pernambucana de 1817, movimentos que foram duramente reprimidos, resultando em execuções, prisões e exílios. Tais eventos ilustram a crise do Antigo Regime português e sinalizam uma época marcada pelo enfraquecimento do absolutismo, pela disseminação das ideias iluministas e pela crescente insatisfação das populações coloniais com o trono português. Esses movimentos foram, portanto, expressões concretas das contradições internas do sistema colonial e evidências do início de um processo de construção de identidades políticas autônomas na América portuguesa.

Nesse sentido, Hespanha (In Fragoso, Gouvêa, 2014) argumenta que a formação do Antigo Regime foi um processo gradual e multifacetado, caracterizado pela centralização do poder monárquico, criação de uma burocracia estatal e consolidação de um sistema fiscal centralizado. O absolutismo, modelo político característico desse regime, consolidou a autoridade do rei, que era visto como o detentor do poder supremo e absoluto, legitimado por uma concepção religiosa que o colocava como representante divino na Terra. Essa centralização monárquica visava não apenas a administração eficiente do Estado, mas também o fortalecimento da autoridade real perante a nobreza e outros grupos sociais. Para assegurar a manutenção da ordem social e o controle sobre

a população, os Estados absolutistas adotaram o corporativismo e o que se convencionou chamar de "Estado de Polícia". Este último era caracterizado por um aparato policial robusto e mecanismos de censura rigorosa, que funcionavam como instrumentos de vigilância e repressão a qualquer forma de dissidência política ou religiosa. O objetivo era garantir a estabilidade e prevenir movimentos que pudessem ameaçar a supremacia do Estado e, conseqüentemente, a autoridade do monarca (Hespanha In Fragoso, Gouvêa, 2014). No contexto colonial, especialmente na América Portuguesa, essas políticas absolutistas encontraram resistência entre as populações locais. As restrições impostas pelo Estado absolutista geraram insatisfação entre colonos, que, em reação ao controle centralizador e à repressão, manifestaram-se através de movimentos sediciosos. Tais movimentos expressavam o desejo de autonomia frente à metrópole e contestavam a ordem imposta, sendo uma resposta à rigidez do sistema absolutista.

Em Pernambuco, as causas do descontentamento popular eram diversas e profundamente enraizadas nas dificuldades impostas pela administração colonial. Entre os fatores que mais contribuíram para o clima de insatisfação, destacam-se a carga tributária excessiva, a elevação constante dos preços dos gêneros de primeira necessidade e, sobretudo, a obrigação de enviar recursos financeiros ao Rio de Janeiro para custear as despesas da corte. Para a população pernambucana, essas remessas significavam o desvio de recursos essenciais, que, em sua visão, deveriam ser empregados diretamente na capitania, atendendo a demandas locais e promovendo o desenvolvimento e o bem-estar de seus habitantes. Esse sentimento de injustiça fiscal e econômica fomentou um ambiente propício à rebelião.

No ano de 1817, esse descontentamento culminou em uma ampla mobilização popular, com o epicentro das atividades revolucionárias localizadas em Recife, embora focos de resistência tenham surgido em diversas outras regiões da capitania. A insurreição demonstrou a amplitude da insatisfação e a capacidade de articulação dos revoltosos, que não se limitaram às áreas urbanas, estendendo-se também a algumas áreas do interior. Contudo, a historiografia ainda revela lacunas significativas no que se refere ao comportamento das vilas interioranas durante a eclosão da Revolução de 1817. As fontes documentais disponíveis apresentam poucas informações detalhadas sobre o apoio ou a resistência dessas localidades à causa revolucionária, restringindo-se, em sua maioria, a relatos esparsos de distúrbios que foram rapidamente contidos pelas autoridades. Nesse contexto, os agentes reais agiram de forma enérgica e eficiente na

repressão aos insurgentes, mobilizando recursos para sufocar os focos de resistência e restabelecer a ordem na capitania. A resposta rigorosa das autoridades coloniais ilustra a determinação da Coroa em conter qualquer ameaça ao seu domínio, refletindo as políticas de repressão típicas do Antigo Regime, especialmente diante de movimentos que questionavam a legitimidade e a autoridade do poder central.

Quando a Coroa conseguiu abafar a revolução, cerca de 70 dias após sua eclosão, algumas pessoas conseguiram se evadir. Com a evasão dos principais mentores da revolução, o governador interino Rodrigo José Ferreira Lobo, publicou editais ordenando a prisão dos insurgentes Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa, Pedro da Silva Pedroso, José de Barros Lima e Antônio Carlos de Andrade. Em 18 de junho de 1817, a Câmara de Garanhuns tomou conhecimento do edital e ordenou seu cumprimento, destacando a importância de prender os acusados de lesa-majestade (APEJE, CM, 01, fls. 69). Na Vila de Igarassu sua câmara comemorou a queda da revolução e criticou os insurgentes (APEJE, CM, 01, fls. 27). Em Limoeiro, localidade que havia aderido à revolução, os vereadores quando tomaram conhecimento da queda da revolução, imediatamente prestaram juramento de fidelidade ao monarca (APEJE, CM, 01, fls. 59).

A Comarca de Alagoas, desmembrada de Pernambuco em 1817, enviou tropas realistas para reprimir os republicanos. Em Porto de Pedras, no dia 19 de abril de 1817, houve confrontos armados entre rebeldes e forças alagoanas comandadas pelo alferes João Manoel Pereira da Silva, que recebeu reforços da Vila de Alagoas (atual Marechal Deodoro) e saiu vitorioso após horas de combate (APEJE, CM, 01, fls. 107). Na Vila Real de São José do Poxim, também em Alagoas, a câmara emitiu um edital em 20 de maio de 1817, pedindo a prisão dos rebeldes locais (APEJE, CM, 01, fl. 134).

CONCLUSÃO

Os dados obtidos confirmam a presença de uma sociedade colonial marcada por profundas desigualdades e tensões internas. Nas áreas interioranas, a resistência às políticas tributárias e administrativas da Coroa existiu, mas de forma dispersa e fragmentada, sem uma organização centralizada que pudesse unificar a oposição. Em contraste, as manifestações mais intensas ocorreram nos centros urbanos próximos ao Recife, onde a presença e as estruturas de poder colonial eram mais ostensivas e

opressivas. A pronta e eficaz repressão das autoridades reais evidenciou a força do aparato estatal em sufocar movimentos sediciosos e restaurar a ordem nas capitanias.

Com a eclosão da Revolução de 1817, a resposta das autoridades foi decisiva: documentos de câmaras municipais como as de Garanhuns, Igarassu e Limoeiro indicam uma adesão explícita ao governo de D. João VI após o enfraquecimento dos revolucionários. A mobilização de tropas para abafar focos de resistência, como em Porto de Pedras, Alagoas, destaca a determinação em preservar a integridade do regime. As câmaras, ao receberem os editais do governo central, não apenas cumpriram com as ordens de prisão, mas também comemoraram a restauração da ordem, reforçando seu compromisso com a lealdade à Coroa.

Dessa forma, as câmaras municipais despontam como elementos chave na administração colonial, atuando tanto como pilares da governança local quanto como canais de controle do governo sobre a população. Esse papel intermediário das câmaras, ao lado da burocracia colonial com suas complexidades e disputas internas, foi essencial para a sustentação do Antigo Regime, comprovando sua eficácia na manutenção da ordem e no exercício do poder sobre a sociedade colonial.

Por fim, cabe colocar que este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociopolíticas das localidades interioranas de Pernambuco durante o Antigo Regime, revelando como a combinação de poder local e intervenção estatal moldou a vida nas colônias. As interações entre senhores de terras, autoridades locais e o poder central configuraram um cenário complexo, no qual as tensões sociais e políticas se intensificaram, especialmente no final do século XVIII e início do século XIX. A análise desse contexto evidencia a natureza conflituosa e multifacetada da sociedade pernambucana, onde disputas pelo poder e resistências locais coexistiam com tentativas de controle por parte da Coroa, revelando as contradições e os desafios de uma ordem colonial em transformação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). CM, cód. 1, 1814-1818.

ARQUIVO NACIONAL. Carta topográfica da Capitania de Pernambuco. Rio de Janeiro, 1850.

CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. *Às armas, cidadãos! panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

DEL PRIORE, Mary. Deus ou diabo nas terras do açúcar: o senhor de engenho na América portuguesa In DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 15-44.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: Raízes do paradigma indiciário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HESPANHA, Antônio Manuel; SUBTIL, José. Corporativismo e Estado de polícia como modelo de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime. In FRAGOSO,

JOÃO; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial (1443-1580)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, 127-166, 2014.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestações política no final do século XVIII. In SOUZA, Laura Mello. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 139-159.